

Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária

Plínio de Arruda Sampaio Jr.¹

1. Introdução

A presença de um grande contingente populacional vivendo no campo em condições de grande precariedade revela a persistência e gravidade da questão agrária na sociedade brasileira. A dimensão do problema fica caracterizada quando se leva em consideração que, no final da primeira década do segundo milênio, cerca de 30 milhões habitam a zona rural – mais do que a população da Venezuela – sendo que aproximadamente 55% – quase 17 milhões de pessoas - encontram-se em situação de pobreza – população superior à chilena.² A persistência de homens pobres no campo está diretamente relacionada à forma de exploração da terra. O predomínio de grandes empresas agrícolas, que organizam sua atividade produtiva tendo como base o controle de vastas extensões de terra e a mobilização de grandes contingentes de mão-de-obra barata para produzir mercadorias em grande escala no regime de monocultura, cristaliza o latifúndio e a superexploração do trabalho como pilares fundamentais da vida econômica e social no campo.³

Herança não resolvida da economia colonial, tal padrão de organização da agricultura tem revelado surpreendente capacidade de resistir à força do tempo e de opor-se a qualquer iniciativa de democratização do mundo rural. A estabilidade da estrutura fundiária na história brasileira – expressa na inabalável rigidez do índice de Gini – deixa patente a perfeita simbiose entre modernização técnica e latifúndio. A baixa renda do

¹ Plínio de Arruda Sampaio Jr., professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP).

² Baquero, F.S. y Klein, E., *Política de mercado de trabajo y pobreza rural en América Latina*. Tomo 1, Roma, CEPAL/FAO/OIT, 2012, cap. 2.

³ A origem histórica e a natureza do problema agrário brasileiro, cuja essência – a superexploração do trabalho e a depredação do meio ambiente - permanece inalterada, foi examinado por Caio Prado Júnior,

trabalho no campo evidencia a estreita correlação entre agronegócio e superexploração. O fato fica evidente quando se constata que atualmente a renda média dos trabalhadores rurais pobres é de aproximadamente 80% do salário mínimo e que a renda média dos trabalhadores rurais não pobres é 40% inferior ao rendimento médio nacional.⁴

Não obstante as evidências de uma grave crise social no campo, a pensamento conservador insiste em desconstruir a questão agrária. Nos teóricos mais apaixonados do novo ruralismo, tal esforço assume forma caricatural. Um de seus expoentes chega ao extremo de combinar explicitamente a exaltação do agronegócio com a naturalização das desigualdades sociais e da concentração fundiária; o ataque raivoso contra qualquer proposta de mudança no campo; e a despuddorada proposta de jubileu para o processo de grilagem de terra.⁵ Mais do que expressão objetiva da realidade, a cruzada para a desconstrução da questão agrária constitui sintoma inequívoco do medo pânico da burguesia brasileira em relação às ameaças de rebelião latentes no campo.

em seu livro, *Formação do Brasil Contemporâneo*, na seção Vida Material; e por Celso Furtado, em *Análise do modelo brasileiro*, cap. 2.

⁴ Dados obtidos em Baquero, F.S. y Klein, E., *Políticas y mercado de ...*, 2012, cap. 2.

⁵ Para que não pareça formulação arbitrária, cito as palavras de Zander Navarro: (a) sobre a naturalização das desigualdades sociais e do padrão de concentração fundiária, o autor escreve: “As realidades rurais do Brasil, (...) mostram que praticamente não existe mais uma questão agrária no Brasil, mesmo que os padrões de desigualdade social permaneçam praticamente intocados, ilustrados pela distribuição fundiária (um dos índices de Gini mais altos do mundo). Considerado apenas o fator terra, teoricamente uma situação geradora de conflitos sociais permanece como a marca principal das regiões rurais, mas esta não é mais contradição que tem a mesma dimensão do passado e gradualmente nos acostumamos com este padrão fundiário”; (b) em relação à ausência de necessidade histórica de mudar a realidade do campo, o autor vaticina: “(...) nenhum processo de redistribuição de terras, seja qual for, conseguirá alterar mais a realidade de uma estrutura fundiária concentrada e o seu atual padrão bimodal, aspectos estruturais que permanecerão como uma marca distintiva do mundo rural nas décadas vindouras. A razão: inexistente demanda social para exigir sua mudança”; e, por fim, (c) no que diz respeito à despuddorada proposta de jubileu para o processo de grilagem de terra, a assertiva é a seguinte: “Passivos históricos, como a apropriação fraudulenta da terra em diversas regiões e em épocas distintas, à esta altura, não tem a menor possibilidade política de serem revistos, tendendo a ser definitivamente legalizados”. Navarro, Z., “A vida e os tempos da questão agrária no Brasil”, Trabalho apresentado no “XXIII Seminário Internacional de Política Econômica”, Viçosa : Universidade Estadual de Viçosa. Mimeo, p. 18 ; 19 e 21, respectivamente. Trabalho publicado em Teixeira, Erly Cardoso et al (org.). *As questões agrárias e da infraestrutura de transportes para o agronegócio*. Viçosa, UFV/DER, 20011, p. 85-12.

Ao aumentar a corrida por terras, a revitalização do agronegócio tende a acirrar ainda mais as terríveis contradições que opõem o latifúndio ao homem pobre.⁶ É a necessidade de dar uma resposta ao agravamento da crise social no campo que recolocou a questão agrária no debate nacional. O surgimento de uma diversidade de movimentos de trabalhadores rurais pobres e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram produtos históricos dessas contradições - representam respostas opostas para as tensões e conflitos no campo. Com a intenção de contribuir para o debate sobre o papel da questão agrária na revolução brasileira e a importância estratégica desta para a reforma agrária, equacionaremos, em termos bem gerais, a atualidade e os novos desafios da luta pela democratização do campo no Brasil contemporâneo. O artigo tratará, em grandes linhas, de cinco aspectos do problema. Na seção ii, qualificaremos a importância da questão agrária como nó estratégico do processo histórico de formação do Brasil contemporâneo, ressaltando a importância estratégica do latifúndio como uma das bases fundamentais do padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente. A argumentação será desenvolvida tendo como referência o aporte teórico e metodológico do pensamento crítico brasileiro, em particular o de Caio Prado Júnior, para a compreensão da questão agrária como parte da problemática mais geral da formação do Estado nacional. Em seguida, na seção iii, caracterizaremos a solução burguesa para a questão agrária, destacando o marco institucional que determina a naturalização do latifúndio como base da organização econômica, social e política do campo. Na seção iv, discutiremos os parâmetros institucionais e estruturais que condicionaram a questão agrária após o fim da ditadura militar. Na próxima, seção v, apresentaremos os condicionantes históricos da ascensão e da derrota da luta pela reforma agrária no período recente (posterior a 1985). Na seção vi, relacionaremos a derrota da reforma agrária com o fracasso do programa democrático-popular que orientou a luta por reformas nas últimas décadas. Por fim, nas conclusões, seção vii, esboçaremos uma rápida síntese sobre a atualidade e os desafios da reforma agrária. A argumentação mostrará que o sentido das transformações estruturais que condicionam a luta de classes no Brasil – o processo de reversão neocolonial que

⁶ Para um balanço sobre os conflitos no campo ver Canuto, a., Silva Luz, C.R. e Wichinieski, I. (orgs.) – Conflitos no campo Brasil 2011, Goiania: CPT Nacional Brasil, São Paulo, Expressão Popular, 2012. Números anteriores em www.cptnacional.org.br

determina a relação inextrincável entre capitalismo dependente, latifúndio, miséria e barbárie - gera a necessidade histórica de combinar reforma agrária, revolução brasileira e revolução socialista.

2. Questão agrária, problemática da formação e revolução brasileira

Quando posta em perspectiva histórica, vê-se que a concentração fundiária constitui um dos principais obstáculos à conformação do Brasil como um Estado nacional capaz de combinar capitalismo, democracia e soberania nacional.⁷ O núcleo do problema reside no papel determinante do latifúndio na reprodução das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais responsáveis pela perpetuação do regime de segregação social herdado do período colonial. A raiz das gritantes desigualdades sociais, que caracterizam o Brasil como uma das sociedades mais injustas do mundo, encontra-se na relação umbilical entre a concentração da propriedade fundiária e a presença de um gigantesco exército industrial de reserva permanentemente marginalizado do mercado de trabalho. O bloqueio do acesso do homem pobre à propriedade da terra impossibilita a organização de um mercado de trabalho baseado numa correlação de forças relativamente equilibrada entre o capital e o trabalho – a pré-condição fundamental para o funcionamento da economia capitalista em bases minimamente equilibradas.

Sem uma correlação de forças relativamente equilibrada entre o capital e o trabalho é impossível imaginar a possibilidade de um Estado democrático alicerçado em nexos morais entre as classes sociais.⁸ Dando destaque para os abismos entre ricos e pobres que determinam o divórcio entre povo e Nação, Octávio Ianni associa o bloqueio à integração nacional com a perpetuação de um verdadeiro estado de anomia entre as classes sociais:

⁷ Lígia Osório Silva examina, com grande profundidade, o processo histórico de consolidação do latifúndio como regime de terras do capitalismo brasileiro em *Terras devolutas e latifúndio*, Campinas, Ed. Unicamp, 1996. Ver também, Costa, E.V., *Da monarquia à república : momentos decisivos*, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999, cap. 4.

⁸ A relação de condicionamento recíproco entre posição subalterna no sistema capitalista mundial, latifúndio e segregação social que caracteriza a formação econômica e social do Brasil tem a sua origem no sentido da colonização. O assunto é a base da interpretação de Caio Prado sobre a natureza da sociedade brasileira contida em seus livros clássicos : *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1942 ; e *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1945.

“Os grupos raciais e as classes sociais não estão articuladas de modo a se beneficiarem reciprocamente, formando um todo superior, no qual também se tornam superiores. Ao contrário, as suas relações recíprocas, diretas ou intermediadas pelo aparelho estatal, reiteram, recriam ou mesmo aprofundam as desigualdades. (...) Há forças sociais mais poderosas, empolgando boa parte dos meios disponíveis e fazendo com que a imagem de uma vasta desarticulação predomine sobre a hipótese da integração. Isto é, os grupos e classes raramente se expressam como povo, compreendido como uma coletividade de cidadãos. Ao contrário, o que subsiste é a imagem de uma coletividade de trabalhadores. Não parece uma nação o país em que a população ainda não se tornou povo”.⁹

O nexos entre a questão agrária e a problemática da formação do Brasil contemporâneo é definido pelos efeitos negativos do desemprego estrutural e da extrema concentração de renda sobre a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios do desenvolvimento capitalista. O problema deve ser visto na sua totalidade. A precariedade da situação do homem pobre no campo gera um vazio sócio-econômico que associa o modo de funcionamento do padrão de acumulação e dominação capitalista à reprodução dos dois condicionantes fundamentais do capitalismo dependente – o controle do capital internacional sobre os elos estratégicos da economia e a perpetuação da segregação social como base da sociedade nacional.¹⁰

Do ângulo estritamente econômico, a dupla articulação bloqueia a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autodeterminado porque submete o processo de acumulação à violência do desenvolvimento desigual e combinado. A abundância de mão-de-obra permanentemente marginalizada do mercado de trabalho bloqueia a transferência de ganhos de produtividade do trabalho ao salário, impedindo que o conjunto da população se beneficie plenamente dos frutos do progresso. A precariedade da conjuntura mercantil compromete a importância relativa da economia brasileira dentro do sistema capitalista mundial, tornando-a vulnerável aos movimentos especulativos do grande capital

⁹ Ianni, O. *A idéia de Brasil moderno*, São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 179-180.

¹⁰ O papel do capital internacional na industrialização brasileira é objeto da análise de Caio Prado Júnior em seu livro *A revolução brasileira*. A relação proposta pelo autor entre capital internacional, instabilidade econômica e bloqueios à formação nacional é sistematizada em Sampaio, Jr., P.S.A., *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado*, Petrópolis, Vozes, 1999.

internacional. Exposta aos humores do capital internacional, a economia brasileira fica sujeita a longos períodos de estagnação e a severas crises cíclicas de estagnação e reversão estrutural. A instabilidade estrutural compromete os processos econômicos e sócio-culturais que impulsionam a formação das bases materiais e sociais e culturais de um Estado nacional capaz de combinar capitalismo, democracia e soberania nacional.¹¹

Do ponto de vista social e político, a dupla articulação é condicionada pela perpetuação de um regime de classe típico de sociedades baseadas na segregação social. Tal estrutura social compromete a formação de um padrão de luta de classes compatível com a busca da solidariedade orgânica entre as classes sociais como racionalidade substantiva a orientar a ação do Estado. O brutal desequilíbrio na correlação de forças permite que a burguesia solape sistematicamente a emergência do povo como sujeito histórico. Com dificuldade para sair da estaca zero e constituir-se como classe autônoma, o operariado fica sujeito ao arbítrio indiscriminado da burguesia. Atuando como uma força monolítica, a burguesia monopoliza o circuito político e fecha o espaço para mudanças que possam comprometer seu absoluto domínio da sociedade. Impotente para enfrentar econômica e politicamente o imperialismo, as burguesias dependentes sobrevivem a custas da superexploração do trabalho. Seu verdadeiro capital reside na capacidade quase que ilimitada de manipular as condições sociais e ambientais internas. Sem espaço para ceder, o padrão de dominação burguês torna-se ultraconservador. As condições históricas muito particulares do capitalismo dependente geram uma burguesia intrinsecamente anti-social, antinacional e antidemocrática.

A aversão da burguesia brasileira em relação à possibilidade de qualquer turbulência que possa propiciar a emergência do homem pobre como sujeito histórico manifesta-se – não por acaso – com força redobrada quando se trata de questões agrárias. O latifúndio constitui, em última instância, a base social e territorial de seu controle sobre o Estado, pois é um dos elementos estratégicos de que a burguesia dispõe para compensar, através

¹¹ Para um exame detalhado do caráter do capitalismo dependente ver Sampaio, Jr., P.S.A., *Entre a nação ...*, 1999..

da monopolização dos excedentes econômicos e do poder político, a instabilidade econômica, social e política inerente ao desenvolvimento desigual e combinado.¹²

A percepção de uma relação perversa de causalidade entre a extrema pobreza do homem no campo e a precariedade do Estado nacional levou os intérpretes do Brasil, desde José Bonifácio de Andrada, a colocar a questão agrária como um dos nós fundamentais que devem ser desatados para permitir à sociedade brasileira comandar o seu destino. Um dos primeiros a estudar cientificamente a relação de causalidade entre questão agrária e bloqueios à formação, Caio Prado Jr. sintetizou o problema nos seguintes termos:

“Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que vivemos, sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano como este que forma a grande massa da população brasileira”.¹³

Pela sua conexão com o processo de formação das bases materiais e dos suportes sócio-culturais do Estado nacional, a questão agrária constitui, por conseguinte, um problema que não pode ser desvinculado dos obstáculos que impedem a formação de estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais de um Estado nacional autodeterminado. Por essa razão, a reforma agrária constitui elemento estratégico da luta do povo brasileiro para superar as relações internas e externas responsáveis pela dupla articulação que perpetua o regime burguês como capitalismo selvagem – a extrema desigualdade social e a posição subalterna no sistema capitalista mundial. Nessa perspectiva, a tarefa primordial da reforma agrária consiste em criar as condições objetivas e subjetivas para que todos os brasileiros que vivem no campo - trabalhadores assalariados, permanentes e temporários, pequenos proprietários, simples arrendatários, proprietários organizados em cooperativas, posseiros e sem terras - possam participar em condições de relativa igualdade dos frutos do progresso propiciado pelo desenvolvimento das forças produtivas.

¹² O assunto é tratado em Fernandes, F., *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976 ; e Ianni, O., *Origem agrária do Estado Brasileiro*, São Paulo, Brasiliense, 1984; *Ditadura e Agricultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

¹³ Prado, Jr., C. *A questão agrária no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 89.

A necessidade histórica da reforma agrária confunde-se, assim, com a necessidade histórica da Revolução Brasileira, entendida, para expressá-la na chave interpretativa de Caio Prado Júnior, como o desfecho da longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação da amanhã. Em seu livro *A revolução brasileira*, o autor equacionou a questão enfatizando a importância de um programa de mudança que articule as diferentes dimensões do processo:

“A revolução brasileira, (...), se constitui do complexo de transformações em curso ou potenciais, que dizem respeito à estrutura econômica, social e política do país, e que, contidas e reprimidas pela inércia natural de toda situação estabelecida, se desenrolam de maneira excessivamente lenta e não logram chegar a termo. Nem por isso deixam de estar presentes e se revelam e fazem sentir através de perturbações que agitam a vida do país: desequilíbrios econômicos, desajustamentos e tensões sociais, conflitos políticos de maior ou menor gravidade e repercussão. Cabe precisamente à ação política revolucionária estimular e ativar aquelas transformações implícitas no processo histórico em curso e de que tais perturbações constituem o sintoma aparente e mais diretamente sensível. É a programação das medidas necessárias ou favoráveis a esse fim que forma a teoria revolucionária”.¹⁴

A realização da reforma agrária pressupõe a presença de forças sociais capazes de mobilizar força suficiente para vencer a resistência dos grupos econômicos e sociais que resistem à mudança do *status quo*. Sob a liderança do latifúndio e das grandes empresas agro-industriais, a reforma agrária é combatida de maneira sistemática e implacável pelos segmentos da sociedade que dependem da superexploração do trabalho no campo e na cidade – uma ampla coalizão comprometida com a modernização conservadora - padrão de absorção do progresso técnico que condena a maioria da população à marginalidade social para permitir que uma parcela da população possa copiar os estilos de vida das economias centrais.¹⁵ O problema decorre da presença de nexos inextrincáveis de condicionamento recíproco entre: posição subalterna na divisão internacional do trabalho; mecanismos de satelização da economia brasileira às exigências do sistema imperialista; mimetismo cultural como lógica que preside a absorção de progresso

¹⁴ . PRADO, JR. C. *A Revolução Brasileira*, 1966, p. 209.

¹⁵ . A crítica à modernização mimética dos padrões de consumo constitui a quinta-essência da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. A propósito ver, Furtado, C., *O mito do desenvolvimento*

técnico; combinação de forças produtivas em diferentes idades históricas; desemprego estrutural; fortes desequilíbrios regionais; diferentes formas de colonialismo interno; superexploração do trabalho; absoluta intolerância das classes dominantes em relação à utilização do conflito como forma legítima de conquista de direitos coletivos; autocracia como forma de dominação; mimetismo cultural; mito do crescimento como ideologia do subdesenvolvimento. Enfatizando o papel estratégico do campo como base material de mecanismos compensatórios de transferência de renda fundamentais para a reprodução do capitalismo dependente, a assertiva de Florestan Fernandes em *Subdesenvolvimento e classes sociais* mantém, em sua essência, a sua atualidade:

“Devido à posição heteronômica da sociedade brasileira, o que lhe tem faltado, tanto sob o regime de castas e estamentos, quanto sob o regime de classes, é vitalidade para reter e reelaborar autonomamente tais dinamismos. As mesmas forças histórico-sociais que privilegiam os estratos possuidores e o desenvolvimento urbano fomentam o monopólio da mudança social (e de seus efeitos construtivos) pelos estratos possuidores e pelos núcleos urbanos dotados de maior vitalidade sócio-econômica. Portanto, o desenvolvimento do capitalismo ainda se acha no estágio de satelização permanente e de espoliação sistemática da economia agrária. Os estratos possuidores rurais se ressentem dessa situação, porque eles extraem de ambos os processos o privilégio relativo de sua própria concisão econômica, sociocultural e política. O mesmo não sucede com as massas despossuídas rurais, que se vêem irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização, pela existência dessa situação. É nesse nível que se desvendam as iniquidades e a impotência da economia agrária brasileira, uma moenda que destrói, inexoravelmente, os agentes humanos de sua força de trabalho”.¹⁶

É preciso esclarecer que a resistência à democratização da terra não se atém aos interesses estritamente ligados ao latifúndio improdutivo. O latifúndio produtivo – a grande empresa agrícola moderna – também depende de uma estrutura fundiária concentrada, que bloqueia o acesso do homem pobre a terra, e, em consequência, de um regime legal, que assegure a total disponibilidade das terras aos imperativos da exploração do capital agrário. O problema relaciona-se com o fato de que o caráter itinerante da agricultura subordinada ao agronegócio supõe a presença de grandes

econômico, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, cap. 1 e 2; e *Pequena introdução ao desenvolvimento*, São Paulo, Ed. Nacional, cap. 2, 1980.

¹⁶ Fernandes, F., *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 192-193.

reservas de terras seja para repor as terras degradadas seja para abrir novas fronteiras de expansão dos negócios seja ainda como simples reserva de valor. A concisa afirmação de Celso Furtado sobre o padrão histórico de reprodução da agricultura brasileira esclarece o assunto:

“A prática da agricultura itinerante (shifting cultivation) dentro de grandes propriedades imobiliza quantidades consideráveis de terras e perpetua técnicas agrícolas rudimentares, ademais de implicar em crescente destruição de recursos naturais. Explica-se, portanto, que os autores que evitam colocar o problema estrutural cheguem à conclusão de que a atual economia agrícola brasileira é perfeitamente funcional, mesmo reconhecendo que essa agricultura, ao desenvolver-se, tenda a aumentar a <<exploração>> da mão-de-obra que utiliza”.¹⁷

Na realidade, o problema é ainda bem mais amplo e não pode ser circunscrito apenas aos condicionantes diretamente relacionados com o desenvolvimento capitalista no campo. A rigidez na forma de enfrentar a questão agrária é uma necessidade estrutural do conjunto da burguesia dependente – a que tem suas atividades diretamente relacionadas com a exploração do homem no campo, mas também a que tem sua base de operação fundamental urbana. O latifúndio é um elemento estratégico do padrão de acumulação e do padrão de dominação do capitalismo dependente como um todo. Por um lado, o extraordinário desequilíbrio na correlação capital-trabalho é uma premissa da superexploração do trabalho - a verdadeira galinha dos ovos de ouro da burguesia dependente. Por outro, a brutal assimetria na correlação de forças entre os “proprietários” e os “não proprietários” é um dos pilares fundamentais que sustenta o Estado autocrático burguês. Destacando o papel estratégico do latifúndio no desenvolvimento desigual e combinado, Florestan Fernandes esclarece o problema mostrando a importância vital da superexploração do trabalho para o capitalismo dependente:

“Na verdade, todos os agentes econômicos privilegiados, qualquer que seja sua posição no espaço econômico e a orientação rural ou urbana de seus negócios, encaram a empresa agrária em termos estreitamente mercantis e possuem interesses econômicos comuns (o que faz com que os empresários rurais tenham papéis econômicos na economia urbana que não nascem das empresas agrárias e, vice-versa, com que os empresários urbanos tenham

¹⁷ . Furtado, C., *Análise do modelo brasileiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 92.

papéis econômicos na economia agrária que não derivam das empresas urbano-comerciais ou urbano-industriais nem de sua rede de relações comerciais). Essa orientação, no que tange ao empresário rural – a qual muitos descrevem como ‘egoística’ e ‘predatória’ – motiva, no fundo, comportamentos econômicos autodefensivos e autocompensadores. Como a economia global não possui condições para atenuar os riscos ou corrigir os efeitos negativos da *dependência dentro da dependência*, o empresário rural usa as decisões a seu alcance e os papéis econômicos que pode desempenhar no seio da economia urbana (quando não nas economias centrais) graças ao excedente econômico de que dispunha, para converter a economia agrária em um meio para outros fins econômicos. Alternativamente, a empresa rural também preenche a função de ser um meio para outros fins sociais e políticos. Ela não está polarizada em torno do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural do campo: montada para gerar crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural *externo*, já é um progresso para a economia global quando essas funções são canalizadas para dentro do país, deixando de ser absorvidas por completo pelas nações hegemônicas”.¹⁸

“(…) as formas extremas de desigualdade sócio-econômica, cultural e política, imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução social do trabalho não-pago, semipago ou pago de modo ultradepreciado. Tocar nas condições que dão continuidade inexorável a desigualdades tão extremas e chocantes seria o mesmo que destruir a viabilidade de economias agrárias que não conseguem mercantilizar a força de trabalho, incorporando-se totalmente no mercado interno. Dessa perspectiva, o dilema rural brasileiro não se reduz apenas, como muitos pensam, a questões de ordem econômica e técnica. Ele implica e impõe um desafio social em termos especificamente políticos”.¹⁹

O problema está relacionado com a necessidade do capitalismo dependente de reproduzir permanentemente formas bárbaras de expropriação do trabalhador e de depredação do meio ambiente. A debilidade da estrutura de capital da burguesia dependente e o circuito de indeterminação gerado pela presença de um contexto histórico particularmente adverso e arriscado impõem a necessidade de mecanismos compensatórios que são incorporados e naturalizados pelos agentes econômicos como parâmetros da racionalidade econômica. O cerne da questão está relacionado aos efeitos desestabilizadores do desenvolvimento desigual e combinado:

¹⁸ Fernandes, F. *Sociedade de ...*, 1981, p. 197.

¹⁹ Fernandes, F. *Sociedade de ...*, 1981, p. 210-211.

“Como os produtores internos estão permanentemente ameaçados pelas revoluções técnicas e mercantis irradiadas dos centros capitalistas, as condições socioeconômicas têm de ser manipuladas para que o novo meio possa oferecer um mínimo de segurança e previsibilidade ao cálculo capitalista e criar mecanismos de transferência de renda que neutralizem, ao menos parcialmente, os elevados riscos derivados do estado de ‘incerteza estrutural’ inerente às economias que ficam sobreexpostas aos efeitos desagregadores do processo de mercantilização emanando do sistema capitalista mundial”.²⁰

A reprodução de diversos mecanismos primitivos e extra-econômicos de acumulação de capital cumpre uma dupla função no processo de desenvolvimento dependente:

“De um lado, os circuitos de transferência de renda – da economia dependente para o exterior, dos setores ‘atrasados’ para os ‘modernos’ e do campo para a cidade – oferecem uma série de compensações que neutralizam parcialmente os riscos decorrentes de uma situação adversa. O dualismo [a combinação de forças produtivas em diferentes idades históricas], nesse sentido, é um dos pré-requisitos para que as economias dependentes assimilem as revoluções técnicas difundidas do centro capitalista. De outro lado, os mecanismos de transferência de renda – que repousam em última instância na superexploração do trabalho e na dilapidação dos recursos naturais do país – funcionam como um colchão amortecedor que protege os setores atrasados dos efeitos mais devastadores da concorrência econômica. A dualidade estrutural exerce, neste caso, a função de impedir [ou pelo menos minimizar] que as transformações difundidas pelo centro provoquem a desestruturação dos setores que não têm condição de competir com os padrões de eficiência econômica que se propagam do centro capitalista”.²¹

O problema da democratização da terra é, portanto, um problema que afeta o conjunto da burguesia brasileira e não pode ser dissociado dos condicionantes mais gerais que determinam o desenvolvimento capitalista. A consequência prática da análise anterior é clara. Sob o risco de não construir a correlação de forças necessárias para enfrentar os poderosos interesses que sustentam os privilégios aberrantes dos grandes proprietários de terras e seus poderosos aliados internos e externos, a questão agrária não pode ser reduzida a um problema setorial, que antagoniza a população miserável do campo ao latifúndio anacrônico. A reforma agrária polariza a luta de classes entre dois pólos opostos: de um lado, o latifúndio e seus cúmplices incondicionais – as burguesias

²⁰ Sampaio, Jr., P.S.A., *Entre a nação e ...*, 1999, p. 137.

brasileiras, o imperialismo e todos os segmentos da pequena burguesia que se beneficiam de privilégios aberrantes; e, de outro, os pequenos proprietários, os arrendatários pobres, os posseiros, os trabalhadores assalariados, os trabalhadores temporários, os sem terras, enfim, todos os homens do campo que vivem de seu próprio trabalho e seus aliados – os trabalhadores urbanos, empregados e desempregados. Em suma, a luta pela terra é um problema de classe. A vitória da reforma agrária depende de mudanças de grande envergadura que desatem a dupla articulação responsável pela perpetuação do padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente.

A natureza da questão agrária e os desafios da reforma agrária só serão compreendidos, portanto, quando diretamente vinculados à reflexão sobre o caráter da revolução brasileira. Como o debate sobre a revolução foi vetado e estigmatizado pelo *establishment*, não custa aproveitar a oportunidade para uma pequena nota metodológica. Para evitar soluções abstratas, afastadas das condições concretas da realidade, que fazem uma leitura parcial e distorcida das necessidades e das possibilidades históricas, é fundamental resgatar duas advertências de Caio Prado Júnior sobre a importância decisiva de se levar em consideração as especificidades de cada formação econômica e social na formulação da teoria da revolução:

1º) A teoria da revolução é uma resposta concreta às necessidades concretas do povo que se manifesta pelo sentimento de profunda insatisfação e mal estar latente na sociedade:

“O que se objetiva [com a teoria da revolução] é essencialmente mostrar que o Brasil se encontra na atualidade em face ou na iminência de um daqueles momentos [...] em que se impõem de pronto reformas e transformações capazes de reestruturarem a vida do país de maneira consentânea com suas necessidades mais gerais e profundas, e as aspirações da grande massa de sua população que, no estado atual, não são devidamente atendidas. Para muitos – mas assim mesmo, no conjunto do país, minoria insignificante, embora se faça mais ouvir porque detém nas suas mãos as alavancas do poder e a dominação econômica, social e política – tudo vai, no fundamental, muito bem, faltando apenas (...) alguns retoques e aperfeiçoamentos das atuais instituições, às vezes não mais que simples mudança de homens nas posições políticas e administrativas, para que o país encontre uma situação e um

²¹ Sampaio, Jr., P.S.A., *Entre a nação e ...*, p. 138.

equilíbrio satisfatórios. Para a grande maioria restante, contudo, e mesmo que ela não se dê sempre conta perfeita da realidade, incapaz que é de projetar em plano real e de conjunto suas insatisfações, seus desejos e suas aspirações pessoais, o que se faz mister, para lhe dar condições satisfatórias e seguras de existência, é muito mais que aquilo. E sobretudo algo de mais profundo e que leve a vida do país para novo rumo”.²²

2º) O conteúdo da revolução é determinado em última instância pelo caráter das estruturas internas de cada formação econômica e social:

“A especificidade da revolução brasileira é dada em particular pelas circunstâncias internas, isto é, pelas relações que constituem e caracterizam a organização econômica e a estrutura social do país. A natureza dessas relações, contudo, vai marcar e definir a nossa posição no sistema internacional do capitalismo. E assim ambas essas ordens de circunstâncias, as internas e as externas, se conjugam e completam de tal maneira que a eliminação de umas implica necessariamente a das outras. Não nos podemos libertar da subordinação com respeito ao sistema internacional do capitalismo, sem a eliminação paralela e simultânea daqueles elementos de nossa organização interna, econômica e social, que herdamos de nossa formação colonial. E a recíproca é igualmente verdadeira: a eliminação das formas coloniais remanescentes em nossa organização econômica e social é condicionada pela libertação das contingências em que nos coloca o sistema internacional do capitalismo no qual nos entrosamos como parte periférica e dependente”.²³

A atualização da teoria da revolução brasileira exige, portanto, uma reflexão sobre o impacto da ordem global no processo de formação do Brasil contemporâneo. Ao desvendar o sentido das transformações inscritas no movimento histórico, as forças motrizes que polarizam a luta de classes e as soluções possíveis para as contradições da sociedade, a teoria da revolução indica o conteúdo, as tarefas, os desafios e os sujeitos sociais da revolução brasileira. A compreensão do papel da questão agrária na problemática da formação nacional e, em consequência, da importância da reforma agrária na revolução brasileira é um capítulo dessa reflexão.

3. Contra-revolução burguesa e questão agrária

²² Prado Jr., C., *A revolução ...*, 1966, p. 2-3.

²³ Prado Jr., C., *A revolução ...*, 1966, p. 302-303.

O Brasil desperdiçou todas as oportunidades históricas de encaminhar uma solução construtiva para questão agrária. No momento da independência, a liderança da aristocracia agrária acarretou na revitalização dos dois pilares fundamentais da economia colonial: o monopólio da terra pelos grandes latifundiários e a continuidade do trabalho escravo. Na abolição, as classes dominantes tiveram a preocupação explícita de preservar a assimetria da sociedade colonial, evitando, com a Lei de Terras de 1850, que os recém libertos e que os imigrantes pobres tivessem livre acesso à propriedade da terra. Por fim, na fase decisiva de consolidação do poder burguês, a mobilização social a favor da reforma agrária – uma das principais bandeiras das reformas de base dos anos sessenta - foi abortada violentamente pelo golpe militar de 1964. A vitória definitiva da ala pragmática da burguesia brasileira sepultou de uma vez por todas a possibilidade de uma solução positiva para o problema da terra nos marcos do regime burguês.²⁴

O desfecho da revolução burguesa como contra-revolução permanente levou a burguesia a realizar uma profunda resignificação da questão agrária. Despojada da problemática da formação, a estrutura fundiária e o regime de terras deveriam ajustar-se integralmente às exigências do padrão de acumulação e dominação capitalista. Reduzida aos interesses particularistas da burguesia, a questão agrária foi circunscrita, na dimensão econômica, a seus aspectos estritamente produtivistas e, na dimensão social e política, à sua importância estratégica como um dos sustentáculos do Estado autocrático – um aspecto ocultado pelos teóricos da modernização. O monopólio da terra e a superexploração do trabalho deixaram de ser vistos como problemas históricos à espera de uma resposta “reformista” para converterem-se em premissas naturalizadas da economia e da sociedade nacional. A subordinação integral do campo às exigências do desenvolvimento capitalista perpetuou, assim, um padrão particularmente perverso e predatório de organização da exploração do trabalho no campo. A solução tacanha para a questão agrária deixaria seqüelas que comprometeriam irremediavelmente qualquer possibilidade de um desenvolvimento capitalista menos bárbaro. O Estado nacional burguês cristalizou-se como uma subnação, controlada por uma burguesia dependente, cujo poder

²⁴ O problema é examinado em Silva, L.O., “ As leis agrárias e o latifúndio improdutivo ”, in : Revista do Seade : São Paulo em Perspectiva, vol. 11/No. 2, abr-jun/1977, São Paulo, SEADE, 1997.

emana, por um lado, de sua aliança estratégica com capital internacional, e, por outro, de sua relação despótica com os trabalhadores brasileiros. O latifúndio permaneceu, assim, como elemento fundamental do capitalismo brasileiro.²⁵

O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, logo depois do golpe militar, estabeleceu os parâmetros institucionais que norteariam a resposta da burguesia brasileira à luta pela democratização do campo. A exaltação da terra produtiva sacralizava a exploração capitalista. Gerando lucro, tudo seria permitido. Inviabilizava-se qualquer possibilidade de reforma agrária. Ao restringir a possibilidade de desapropriação por interesse social apenas às terras consideradas improdutivas, a ditadura do grande capital, na prática, perpetuava o latifúndio e seu pressuposto humano – a pobreza do homem – como sustentáculos fundamentais do processo de modernização conservadora do campo impulsionado pela grande empresa agrícola. O conflito social seria enfrentado pela combinação de repressão e, quando indispensável, medidas curativas que tinham como objetivo empurrar o problema para frente seja pela expulsão dos homens pobres para as regiões de fronteira seja pelo seu assentamento precário em terras marginais improdutivas ainda longe do horizonte de cobiça dos capitais. A reforma agrária da ditadura militar, na realidade, era uma contra-reforma agrária, cujo objetivo primordial consistia em preservar intacta a base do poder econômico e político do latifúndio. A diferenciação entre terras produtivas e terras improdutivas era para inglês ver, pois, na realidade, o latifúndio como um todo – o produtivo e o improdutivo – era uma das colunas fundamentais de sustentação do regime autoritário e não poderia ser abalado por medidas que pudessem colocá-lo em questão. Em retribuição ao papel decisivo do latifúndio no golpe militar de 1964, a ditadura do grande capital retiraria definitivamente a reforma agrária da agenda política do Estado brasileiro.

Sem enfrentar o latifúndio produtivo e nem mesmo o improdutivo, que em nenhum momento foi de fato ameaçado, as contradições provocadas pela persistência da pobreza no campo acirraram-se. A modernização acelerada da agricultura e o elevado

²⁵ . Sobre o caráter do padrão de dominação burguesa no Brasil, ver Fernandes, F., *A Revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972 ; e “ Nem federação nem

crescimento da indústria vieram acompanhados da continuidade da pobreza no campo e de um processo caótico de urbanização acelerada que generalizou o problema do subemprego – que até os anos 1960 era um fenômeno basicamente rural - para as grandes metrópoles.²⁶ Assim, no fim da década de 1970, após quase cinquenta anos de vigoroso crescimento econômico, o Brasil concluiu o processo de internalização das estruturas fundamentais da Segunda Revolução Industrial com praticamente um quarto de sua força de trabalho subempregada, sendo que quase 60% deste contingente vivia nas cidades.²⁷

A metástase das contradições geradas pelo acirramento das contradições no campo gerou uma complexa questão urbana, cujo ponto nevrálgico consiste em última instância no bloqueio sistemático do acesso do homem pobre ao solo urbano.²⁸ A solução da questão agrária como base do processo de integração nacional passou a confundir-se, desse modo, com mudanças de grande alcance nas estruturas econômicas, sociais e políticas das cidades. Reforma agrária e reforma urbana tornaram-se duas faces de um mesmo processo de transformação social que envolve todas as dimensões da sociedade – a revolução brasileira.

É dentro deste contexto de grave desequilíbrio social no campo e na cidade que a economia brasileira foi exposta aos ventos liberalizantes do processo de globalização dos negócios - primeiro com o programa de ajuste à crise da dívida externa anos oitenta; em seguida, com a adesão ao Consenso de Washington e a adaptação incondicional às exigências da ordem global, a partir da década de noventa. Ao desarticular as bases que davam sustentação à industrialização por substituição de importações e inviabilizar a

democracia”, in : São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.4, n.1. p.25-27, 1990.

²⁶ Para uma interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo ver : Delgado, G.C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*, São Paulo, INCONE/UNICAMP, 1985. A continuidade da análise encontra-se em *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio – meio século de mudança cíclicas (1965-2012)*, prelo, 2012.

²⁷ A tendência de longo prazo de evolução do emprego e do desemprego estrutural é objeto da análise de Rodriguez, O., “Heterogeneidad estructural y subempleo”, Pesquisa Agricultura, subempleo y distribución del ingreso, São Paulo, CEBRAP/FAO, 1982, mimeo ; Portugal Jr., J.G. *Economia regional e os problemas de emprego*, Rio de Janeiro : IPEA, São Paulo : FUNDAP, 1998, Mimeo ; idem, *Padrões de heterogeneidade estrutural no Brasil*, Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2012.

²⁸ O processo recente de urbanização é examinado em Maricato, E. *Brasil, cidades : alternativas para a crise urbana*, Petrópolis, Vozes, 2001 ; e *Habitações e as políticas fundiária, urbana e ambiental*. Brasília : PNUD e Ministério das Relações Exteriores, 1995.

sobrevivência dos pequenos e médios produtores rurais, a abertura indiscriminada da economia brasileira à concorrência internacional e à ação dos grandes grupos econômicos internacionais quebrou o padrão de mobilidade social que, até o final dos anos setenta, era responsável pela surpreendente capacidade da economia brasileira de gerar empregos – ainda que precários – que absorvessem parcela significativa da força de trabalho expulsa do campo. A grave crise social provocada pela crise da dívida externa e a sua solução pela adaptação passiva do Brasil pela ordem global intensificaram perigosamente a violência no campo e na cidade, recolocando a questão agrária, agora como parte de uma questão social muito mais complexa e difícil de ser resolvida, no centro do debate nacional.

Foram as invasões produzidas pelas multidões que perambulavam pelo país afora que impulsionaram a retomada da luta pela terra. Circunscritos a regiões isoladas e remotas até o final dos anos 1970 (como as lutas dos posseiros na região amazônica), nas décadas subsequentes os conflitos no campo generalizaram-se pelo conjunto do território nacional. A Comissão Pastoral da Terra – CPT – registrou nos últimos anos da década de noventa, no auge do movimento dos trabalhadores sem terras, cerca de 1000 ocorrências de conflito por ano, envolvendo mais de 1,1 milhão de pessoas, e constatou que o número de ocupações atingiu mais de 600 no ano 2000, tendo aumentado mais de seis vezes em cinco anos.

4. Institucionalização da contra-revolução e ajuste liberal

Visto em retrospectiva histórica, é evidente o sentido das mudanças que determinaram a recomposição do padrão de dominação do capitalismo brasileiro após a desarticulação das bases de sustentação da ditadura militar. A esperança de que o retorno ao Estado de direito instaurasse o respeito ao conflito como meio legítimo de conquista de direitos coletivos não se efetivou. A derrota das “Diretas já” em 1984 permitiu que o pacto de poder ultraconservador fosse recomposto, dando à burguesia o poder de conduzir a volta ao Estado de Direito de “cima para baixo” como um processo estrutural, destituído de

qualquer conteúdo transformador. A institucionalização da contra-revolução permanente não abriria espaço para a reforma social e para a superação do capitalismo dependente.

Ainda que as fortes mobilizações sociais que brotavam da base da sociedade civil dessem muitas vezes a impressão de que o processo fugiria de controle, após alguns sobressaltos, a burguesia conseguiu recompor sua unidade de classe e arrefecer o ímpeto reformista das classes subalternas. Na Nova República, como na República Velha, a democracia seria privilégio restrito às plutocracias. Os direitos consagrados na Constituinte, frutos das pressões dos movimentos sociais, nunca sairiam do papel.²⁹ As poucas exceções seriam rapidamente sabotadas pelas contra-reformas liberais da década de 1990.

A vitória de Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 marcou a inflexão do movimento de ascenso das forças populares iniciado em meados da década de 1970, criando as condições subjetivas para uma avassaladora ofensiva neoliberal. Debilitadas pelo desemprego e pela instabilidade monetária decorrentes da crise terminal da industrialização por substituição de importações, as classes trabalhadoras foram incapazes de fazer frente à devastadora contra-ofensiva das forças conservadoras sobre os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais de caráter universal e as políticas públicas recém conquistadas no processo Constituinte. Num contexto de forte pressão da burguesia internacional e nacional para o ajuste do padrão de acumulação às novas exigências da ordem global, a crise do socialismo foi um golpe adicional sobre as forças políticas que lutavam pela democratização da sociedade brasileira, provocando confusão e desalento nas hostes socialistas que lideravam as lutas sociais.

Assim, a volta do Estado de direito não abriu nenhuma brecha para a luta pela terra. Os que acalentavam a esperança de que o reacionarismo da política agrária da ditadura militar constituía um fato conjuntural terminariam frustrados. A história deixaria claro que a ausência de providências para enfrentar as causas estruturais da pobreza no campo

²⁹ Sobre o significado e as implicações da Nova República e do processo Constituinte, ver Fernandes, F., *Nova República?*, Rio de Janeiro, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1985; e *A Constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político*, São Paulo, Estação Liberdade, 1989.

não refletia exageros e desatinos dos anos de chumbo, que poderiam ser consertados mais adiante quando os ânimos serenassem, mas a quinta-essência de uma política agrária que correspondia às exigências de uma burguesia presa no circuito fechado do capitalismo dependente.

A Constituição Cidadã de 1988 ratificou a institucionalidade extraordinariamente restritiva criada em 1964, a qual consagrava a política fundiária como verdadeira contra-reforma agrária. Em vários aspectos, o novo marco legal tornou-se ainda mais reacionário. Sem a segurança dos militares, os ruralistas exigiram maiores garantias legais. O Estado não apenas perdeu o poder de recorrer ao “rito sumário” nas decisões de desapropriação da terra e garantia de posse, como também passou a ser obrigado a indenizar as terras desapropriadas com “recursos próprios”. É uma prova irrefutável da força colossal do latifúndio sobre o Estado brasileiro a relutância inarredável dos governos democrático – incluindo Lula e Dilma - para cumprir a Constituição que determina a necessidade de uma Lei Complementar para regulamentar o procedimento do “rito sumário”, bem como a recusa de tomar as providências administrativas para atualizar os índices de produtividade da terra utilizados como referência para definição das terras sujeitas à desapropriação (cuja base de cálculo é de 1975). Destituído de base financeira, autonomia política e agilidade legal para fazer intervenções maciças na estrutura fundiária, o Executivo ficou sem instrumentos efetivos para fazer qualquer tipo de reforma agrária. Nessas condições, toda iniciativa para enfrentar a questão fundiária seria rapidamente abortada, como mostra os exemplos do brevíssimo interregno de Nelson Ribeiro no Ministério da Reforma Agrária e de José Gomes da Silva no INCRA nos primeiros meses do governo Sarney e da ainda mais breve passagem de Marcelo Rezende no INCRA no governo Lula.³⁰

As transformações nas bases materiais da sociedade também conspiraram contra qualquer tipo de solução construtiva para a questão agrária. Destacando a relação entre o padrão de acumulação da agricultura brasileira e o processo de re-especialização regressiva do Brasil na divisão internacional do trabalho, Guilherme Delgado esclarece a

³⁰ Ver Silva, L.O., “As leis agrárias e ...”, 1997.

especificidade do padrão de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira na era da “ordem global”:

“Se atentarmos para a estrutura econômica dos setores que já crescem à frente dos demais, há alguns anos, veremos que existe um denominador comum presente na produção de petróleo, da hidroelétrica, do agronegócio e também da mineração. Todos esses ramos produtivos operam com base no monopólio de recursos naturais, que nas suas dotações originais independem de investimento ou da aplicação do trabalho humano para produzi-las. Esses recursos, submetidos à exploração intensiva ou extensiva, derivada da demanda por ‘commodities’, produzem rendas fundiárias, que são objetos de ávida disputa no processo de apropriação da renda e da riqueza social”.³¹

Ao revitalizar o agronegócio como força motriz do padrão de acumulação, o ajuste do campo aos imperativos da ordem global reforçou o papel estratégico do latifúndio como base material do capitalismo brasileiro. A aposta na competitividade espúria, baseada na exploração predatória das vantagens comparativas naturais do território, como forma de conquista de mercados externos supõe a intensificação da agricultura itinerante e, em consequência, a abertura de novas frentes de expansão para o latifúndio. A liberalização do comércio externo sem nenhum cuidado com a preservação da autonomia alimentar do país expõe os agricultores familiares à concorrência desigual de produtos importados, comprometendo a sobrevivência de pequenos e médios produtores. Por fim, a modernização indiscriminada, sob os auspícios das grandes multinacionais que controlam os pacotes tecnológicos e biotecnológicos da exploração do campo pelo capital, implica na eliminação de grandes quantidades de emprego no campo.³²

³¹ Delgado, G.C., “Especialização primária como limite ao desenvolvimento”, Mimeo, p. 12. O texto é um capítulo do livro: *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio : mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre, Editora de UFRG, 2012. Prelo.

³² A relação perversa entre aumento da produtividade do trabalho, de um lado ; e, de outro, deterioração dos salários e redução de empregos é denunciada por Delgado: “ (...) à dinâmica de crescimento da produtividade física da agropecuária nas zonas consolidadas ou nas zonas de nova incorporação fundiária, não há evidência de correspondência com aumentos de salário, nem tampouco de elevação do emprego de trabalhadores não qualificados, vinculados ao crescimento da produção. Expansão agrícola e expansão do emprego e da massa salarial são fenômenos de outros contextos históricos – a expansão cafeeira em diversos ciclos de economia primário exportadora até o final dos anos 60 do século passado. [...] Alguma dinâmica local de criação de novos empregos nas cadeias produtivas em expansão ocorrerá, mas nem de longe se compara com os fenômenos de expansão primária de outras épocas, Delgado, G.C., “Especialização primária ... , 2012”, p. 10.

Enfatizando a forma peculiar de captação da renda da terra que corresponde ao novo padrão de desenvolvimento capitalista no campo, Delgado prevê uma nova corrida pela apropriação de terras e uma inevitável intensificação do processo de depredação do meio ambiente:

“Há uma dupla pressão por obtenção de ganhos de produtividade com recursos naturais. De um lado a incorporação de novas áreas ao espaço econômico explorado, atual e potencialmente. Nestes novos territórios, a expansão agrícola se inicia adotando pacotes tecnológicos pré-existentes, e exercendo um consumo crescente de recursos naturais não produzidos pelo trabalho humano – solos, água, biodiversidade, florestas nativas, luminosidade, condições climáticas, etc. De outro, nas zonas de agricultura já consolidada, haverá certamente pressão crescente por aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do pacto tecnológico agro-químico, com consequências ambientais também predatórias sobre o meio ambiente”.³³

O novo contexto histórico-estrutural levou ao paroxismo os antagonismos entre o latifúndio, de um lado; e, de outro, os pequenos e médios proprietários, os trabalhadores assalariados, os trabalhadores temporários, os arrendatários, os posseiros e os trabalhadores sem terras. Ao acirrar a subordinação da agricultura aos desideratos do capital financeiro, as tendências da agricultura brasileira apontam para um processo que combina: reconcentração fundiária; maior controle direto ou indireto do capital internacional sobre a exploração agrícola; nova rodada de grilagem de terras; e exacerbação da superexploração do trabalho.³⁴ A subordinação da agricultura brasileira

³³ Delgado, G.C, “Especialização primária ... , 2012”, p. 10. Não custa registrar o alerta feito sobre caráter insustentável do modelo agrícola brasileiro. “A resultante inevitável é superexploração de jazidas e terras novas e também intensificação do pacote técnico agroquímico nas zonas já exploradas, para obter maior fatia do mercado externo de produtos primários. Esse arranjo não é sustentável em médio prazo, econômica e ecológicamente. Os tais ganhos de produtividade das exportações de minerais, petróleo, carnes, grãos, etano etc., deixados a critério estritamente mercantil, tendem a se extinguir no tempo com a dilapidação paulatina dos recursos naturais não renováveis”, p. 12. Em texto preparado para a CNBB, “ Questão agrária no Brasil atual ”, Delgado especifica a relação de causalidade entre expansão do agronegócio e depredação do meio ambiente : “ Em síntese, deve-se ressaltar dois aspectos conexos do estilo de expansão agrícola que o Brasil vem praticando, com ênfase na última década : 1) elevação da produção de dióxido de carbono na atmosfera em razão dos desmatamentos e queimadas na agricultura ; 2 a acelerada expansão dos uso de agrotóxicos na agricultura (fungicidas, herbicidas e inseticidas), cujo volume de vendas entre 2003 e 2009 cresceu 129%, o que equivale a incremento médio anual de 15% nesse período”, CNBB, “Questão Agrária no Brasil Atual”, Brasília, 2012. Mimeo, p. 12.

³⁴ Ramos, P. “História e questão agrária brasileira : Do início do Brasil Império ao Governo Lula (1822-2010)”, Mimeo, p. 22. Texto preparado para III Congresso Latino-Americano de História Econômica – CLADEHE-III -, Mesa geral No. 6, História Agrária. O documento da CNBB adverte : “a MP 458 de

aos desígnios do capital financeiro intensificou-se no novo milênio. Fazendo um paralelo entre o padrão de acumulação capitalista no campo da época da ditadura com as transformações recentes, Guilherme Delgado sintetizou a questão assim:

“O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda da terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas no agronegócio”.³⁵

[...]

“Em síntese, as condições da expansão agrícola vinculadas a: 1- uma inserção externa dependente; 2- ao perfil da dupla superexploração dos recursos naturais e do trabalho humano; e 3- a uma forma de extração do excedente econômico, fortemente, vinculada à renda fundiária; configuram novos ingredientes de uma questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura. Em última instância, caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento, que se repõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso. Mas a caracterização dessa questão agrária é mais geral e mais profunda. Integra a essência do projeto nacional de desenvolvimento e requer um enfrentamento dentro e fora do modelo agrícola hegemônico”.³⁶

Em documento preparado para subsidiar o posicionamento da CNBB sobre a questão agrária, Delgado explicita as premissas do padrão de acumulação do agronegócio brasileiro:

“O problema mais grave desse estilo de expansão primária é o seu inevitável recurso a três condições necessárias à sua consecução: a) forte concentração da riqueza fundiária, sob a forma de especulação e apropriação das terras; b) superexploração de recursos naturais, sob o pressuposto da busca do equilíbrio externo a qualquer custo, com graves danos à saúde, meio

2008, convertida em Lei, legalizou 67,4 milhões de há de terras públicas a grileiros, autodenominados empresários rurais, que ocupam ilegalmente terras da União“. A força dos ruralistas fica evidente quando se leva em consideração que “A MP 458 foi antecedida por várias iniciativas governamentais que gradativamente foram elevando a área máxiam de alienação : Artigo 118 da Lei No. 11.196/05, elevou para 550ha ; a MP 422, emitida em março e aprovada em julho de 2008, permitiu ao INCRA titular diretamente, sem licitação, propriedades na Amazônia Legal com até 15 módulos rurais ou 1.5000 hectares ; MP 458 autoriza a União a licitar áreas excedentes às regularizáveis (15 módulos fiscais) até o limite de 2500 hectares, dando preferência de compra a seus ocupantes”, CNBB, “Questão agrária ...”, p. 10

³⁵ Delgado, G.C., “Especialização primária ...”, 2012, p. 6. A aprovação do novo Código Florestal é uma das medidas concretas mais recentes que tem com objetivo básico abrir novas fronteiras para o capital.

³⁶ Delgado, G.C., “Especialização primária ...”, 2012, p. 13.

ambiente e segurança alimentar; c) desocupação relativa e superexploração do trabalho assalariado, nesse processo de expansão”.³⁷

A expressão ideológica da nova ofensiva do capital no campo aparece na forma de um pensamento apologético que nega agressivamente não apenas a existência de uma questão agrária, mas até mesmo a pertinência de discuti-la. Os intelectuais instrumentalizados como ventríloquos do agronegócio não disfarçam seu partido. É emblemático desse tipo de manifestação, o posicionamento raivoso de dois expoentes do novo ruralismo, ironicamente ambos oriundos de uma tradição de esquerda. Sem nenhum prurido em relação à conveniência de preservar a aparência de neutralidade científica, tão apreciada na academia onde fizeram carreira, em artigo com o sugestivo título, “Realidade agrária e ideologia”, curiosamente publicado numa revista do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Dilma que mais parece boletim de associação de ruralistas, os autores exaltam as virtudes do agronegócio e destilam uma ideologia primária:

“Surpreende a crítica retrógrada que resiste à realidade, supondo nossa agricultura como na época latifundiária. Sem a pujança do campo, com sua elástica oferta de alimentos e matérias-primas, a sociedade não teria se urbanizado; nem a economia teria progredido, perdendo-se em suas crises, incluindo a superinflação. O superávit agrícola paga as importações industriais. Os empregos gerados nas agroindústrias espalhadas pelo interior aquecem o comércio e ajudam a criar a classe média que faz prosperar atualmente a nação”

Sem disfarçar a absoluta ignorância dos argumentos de seus adversários sobre as mudanças qualitativas na questão agrária e os novos desafios da reforma agrária, os arautos do novo ruralismo escondem a luta pela terra:

“Os críticos, estranhamente, optam pela cegueira. Não conseguem se desvencilhar do raciocínio típico da década de 1950, repetindo expressões conservadoras como ‘fixar o homem no campo’ ou ‘sem reforma agrária não haverá justiça social’, como se as mudanças operadas fossem fictícias. Tornaram-se arautos do reacionarismo. Urbanos, desconhecem que agricultor virou uma profissão cada vez mais desafiadora. Sem competência, diante dos incontáveis riscos – seca, pragas, doenças, mercados –, fracassam no equilíbrio da renda. Acabou o tempo da enxada na roça”.

³⁷ Delgado, G.C., “Especialização primária ...”, 2012, p. 9.

Representantes modernos da tradição do pensamento autoritário brasileiro, que encontra sua matriz remota na racionalização a qualquer custo da propriedade privada e do progresso da época do Império, traem sua própria retórica contra “patrulhas” ideológicas, quando desqualificam historicamente as críticas que possam representar uma ameaça para os grandes proprietários de terra.

“Ao contrário daquilo que se imaginava, a reforma agrária teve pouca influência nesse desenvolvimento [o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira]. Como a primavera democrática e a urbanização que tomou conta do mundo, além das profundas transformações produtivas, aquela política de Estado saiu de cena, pois seus pressupostos deixaram de existir. Por que então gastamos milhões de reais com assentamentos que apenas reproduzem a miséria? Por que não investir em novas alternativas, baseadas na qualificação e na sustentabilidade dos pequenos agricultores? É necessário e urgente animar um debate franco e aberto sobre as transformações no campo brasileiro – longe dos mitos e das falácias, apatidário, baseado na leitura real do desenvolvimento agrário, e não de ideais fora do lugar. É necessário discutir sem patrulhamento ideológico, e sem academicismo livresco ou os saudosistas delírios urbanos. Discutida honestamente, constrói-se uma agenda do século 21 para a agropecuária, capaz de contribuir ainda mais para a prosperidade do Brasil”.³⁸

Quando se leva em consideração a situação objetiva e subjetiva que condiciona a luta de classes no campo e suas injunções inevitáveis sobre a luta de classes no país como um todo, não deve causar surpresa a constatação de que, retórica a parte, na prática, nenhum governo - nem Sarney, nem Collor, nem Itamar, nem Fernando Henrique, nem Lula, e muito menos ainda Dilma – revelou a mais mínima “vontade política” para democratizar a estrutura fundiária.

5. Ascensão e derrota da luta pela reforma agrária

³⁸ Graziano, X. e Navarro, Z., “Realidade agrária e ideologia”, IN: Revista de política agrícola. Ano XXI, No.2, ab./maio/jun, 2012, Brasília, Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, p. 139 e 140.

Premidos pela grave crise que tomou conta do campo brasileiro, a partir da década de oitenta, liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST -, os movimentos sociais mobilizaram-se pela reforma agrária, procurando transformar a violência no campo em ocupações de terras e estas em pressão política pela realização da reforma agrária. Sem questionar os parâmetros da institucionalidade vigente, a campanha pela reforma agrária cobrou do Estado brasileiro o cumprimento do princípio da “função social da terra”. O documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, *A Igreja e Problemas da Terra* de 1980 - a principal referência das organizações mais combativas - explicita os parâmetros concretos que deveriam nortear a luta pela terra. Ainda que o pensamento dos bispos brasileiros contenha severa censura moral aos efeitos deletérios do capitalismo sobre o homem, suas consequências práticas se limitam à busca de uma solução imediata para a pobreza do campo dentro da ordem estabelecida:

“Apoiamos os **esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária**, (...), que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo. Para efetivá-la, queremos valorizar, defender e promover os regimes de propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho. Apoiamos igualmente a **mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação** e/ou reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população”.³⁹

A importância de *A Igreja e os Problemas da Terra* como guia para a luta pela reforma agrária foi explícita e reiteradamente reivindicada por João Pedro Stédile, líder do MST, como uma ruptura qualitativa com os termos da questão agrária. Desvinculada definitivamente da problemática da revolução brasileira, a questão agrária ficava reduzida a uma dimensão da questão social que deveria ser enfrentada nos marcos da ordem:

“Esse documento foi importantíssimo, tanto para a igreja, que avançou em seu posicionamento doutrinário e de prática pastoral em relação ao problema da agricultura, como representou uma contribuição científica à interpretação dos problemas sociais no campo”. [...]

³⁹ CNBB, “Igreja e problemas da terra”, documento aprovado pela 18o. Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Itaiçi, 14 de fevereiro de 1980.

“O documento analisou com detalhes a natureza do capitalismo no campo, a exploração, a especulação, a concentração da terra e dos meios de produção. Pregou a necessidade da reforma agrária, a partir do princípio bíblico de que ‘a terra é para todos’ e, portanto, deve estar a serviço, para atender às necessidades de todos os homens e não apenas de alguns” [grifo nosso].

“Esse documento teve um papel fundamental, tanto pelo peso social e influencia de seus autores, os bispos do Brasil, como pelo avanço político da proposta. A proposta da Igreja Católica foi definitivamente muito mais avançada do que as propostas e o debate travado pela esquerda entre si, na década de 1960. A superação ideológica daquele debate veio, pois, pela contribuição da CNBB”.⁴⁰

A avaliação do latifúndio como força política anacrônica e residual e a visão sobre a possibilidade de fazer da reforma agrária uma política estratégica para conciliar capitalismo e distribuição de renda reaparece nos documentos que orientaram a ação do Grupo Agrário do PT. Em sua essência, tal concepção fundamenta o programa de reforma agrária do primeiro governo Lula – o II Plano Nacional de Reforma Agrária – o plano que, pelo seu desavergonhado abandono, marcaria a ruptura definitiva de Lula e do PT com a luta pela reforma agrária.⁴¹

Aceitando os parâmetros da questão agrária definidos pela contrarrevolução burguesa – a desvinculação do problema da pobreza no campo do padrão de modernização do campo -, as forças sociais e políticas que lutaram pela reforma agrária passaram a reivindicar as “terras devolutas e improdutivas”. Atuando na fronteira da lei e recorrendo muitas vezes a técnicas que beiravam a desobediência civil, os defensores da reforma agrária partiam

⁴⁰ Stedile, J.P. (coord.) – *A questão agrária hoje*, Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRG, 1994, p. 12 e p.13. O autor atribui o embasamento científico do documento da CNBB às contribuições de José de Souza Martins e Ivo Poletto.

⁴¹ A versão final do projeto de reforma agrária preparado para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA -, sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio, pode ser visto em "Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA – Paz, produção e qualidade de vida no meio rural", de 2003 – disponível em http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Depois de rebaixar as metas propostas pela equipe técnica, o governo pura e simplesmente o abandonou completamente a reforma agrária. Sobre o assunto, ver ilustrativos depoimentos de dois expoentes do grupo responsável pela elaboração do II PNRA, veteranos da luta pela reforma agrária: Carvalho, J.J., “A proposta é uma coisa, o plano do governo é outra”. In: *Estudos Avançados da USP*, v.18, n.50, 2004, São Paulo, Ed. USP, p. 337-345 ; e Umbelino, A. “A ‘não’ reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula”. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR-FAO – Porto Alegre, 7 a 10/03/2006. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/96607576/A-Nao-Reforma-Agraria-No-Governo-LULA>.

da avaliação de que, apesar das perversidades inerentes ao capitalismo, a questão agrária poderia ter uma solução positiva nos marcos do regime burguês.

A teoria que embasava a luta pela terra partia de dois supostos. O primeiro – explícito – insistia na existência de uma vasta quantidade de terras “residuais” que poderiam ser distribuídas como “terra de trabalho” – terras devolutas que não cumpriam a função social. Ele constituía a base objetiva para a reforma agrária.⁴² O segundo encontrava-se implícito. Supunha-se a inexistência de antagonismo irreduzível entre “terra de trabalho” e “terra de exploração”. Supunha-se, portanto, a presença de condições subjetivas para que as terras devolutas improdutivas ficassem disponíveis para os homens pobres. Para avançar na reforma agrária bastaria construir, a partir da mobilização dos interessados, pressão política para forçar o Estado a enfrentar o latifúndio. Imaginava-se que existia uma grande autonomia relativa do Estado em relação ao latifúndio improdutivo – o que a história demonstrou ser absolutamente equivocado.⁴³

Mesmo enquadrada nos marcos extraordinariamente restritivos impostos pela burguesia brasileira, a luta pela terra chocou de frente com a política fundiária do Estado democrático brasileiro. Para conter os sem terras e defender o latifúndio, as classes dominantes não hesitaram em partir para a guerra suja. Com a evidente cumplicidade das autoridades de plantão, lançaram mão de todos os expedientes à disposição: criminalização das lutas, massacres, assassinatos, estigmatização, retaliação econômica, espionagem, manipulação de informação, censura aos meios de comunicação. O recurso

⁴² . O texto preparado por Delgado para a CNBB esclarece o problema das terras disponíveis para a reforma agrária : " (...) para se ter noção do tamanho das terras devolutas, considere-se a totalidade do território nacional fisicamente identificado pelo IBGE no Censo (851 milhões de hectares). Há inscritos sob todos os critérios legais de registro os seguintes títulos : a) o total dos estabelecimentos recenseados ; b) as terras indígenas ; c) as unidades de conservação ambientais ; d) as superfícies aquáticas ; e) as zonas urbanas ; f) os assentamentos rurais ; g) as terras de órgãos públicos registradas etc., perfazendo uma totalidade de 541 milhões de hectares. Verifica-se a sobra, por diferença, de uma vasta área definida comom ‘outras ocupações’, de aproximadamente 310 milhões de hectares. Ou seja, mais de um terço das terras do país foram aparentemente griladas ou estão cercadas, mas não pertencem a quem a cercou, pois são terras públicas devolutas ou não. São, portanto, terras que, pela Constituição de 1988, deveriam ser destinadas à Reforma Agrária, CNBB, "Questão agrária ... ", 2012, p. 11.

⁴³ O documento preparado para o IV Congresso do MST, realizado em Brasília, no ano 2000, no seu momento de maior radicalismo, reitera a importância de “condicionar de fato a propriedade da terra a sua função social” como base da estratégia de luta pela reforma agrária.

puro e simples à repressão não foi, entretanto, suficiente para conter a violência no campo. Pressionado pelo avanço da luta pela terra, a burguesia foi obrigada a colocar em prática um simulacro de reforma agrária, cujo principal objetivo consiste em evitar, pela intervenção pontual nas regiões de maior conflito, que a revolta dos sem terra se generalizasse.

As medidas repressivas para evitar a conflagração do campo foram combinadas com intervenções tóxicas destinadas a debelar os focos de conflito mais ameaçadores para a ordem social. Após um período de perplexidade diante da determinação dos sem terras, na segunda metade dos anos 1990, o Estado brasileiro finalmente definiu uma estratégia e um formato para sua política “positiva” de enfrentamento da crise social no campo. Seguindo as diretrizes do Banco Mundial, o acesso do homem pobre a terra foi concebido como um problema individual, que deveria ser enfrentado caso a caso, em função da urgência dos necessitados e da gravidade da situação social da região em conflito. A política de assentamento foi arquitetada e executada como política assistencialista. O ritmo e a intensidade da “reforma agrária” ficariam limitados à disponibilidade de recursos orçamentários. Assim como a abolição da escravidão foi realizada pelos brancos e para os brancos, a reforma agrária seria conduzida de cima para baixo pelo latifúndio e para o latifúndio.⁴⁴

Não obstante a adversidade do contexto histórico, na década de 1990, na contramão do que vinha ocorrendo no conjunto do movimento popular, a luta dos sem terras intensificou-se. Desafiando a ofensiva avassaladora do capital financeiro sobre o campo, o MST acabou se transformando – não sem méritos e grandes sacrifícios - na principal referência política da esquerda brasileira. Reprimidos violentamente em suas ações políticas e asfixiados pela alegada falta de recursos para atender as demandas da reforma agrária, os sem terras apostaram todas as fichas na eleição do candidato que representava historicamente a bandeira da reforma agrária: Luis Inácio – Lula – da Silva. Em artigo

⁴⁴ Para uma crítica da política de assentamento do Banco Mundial, consultar: Sydow, E. e Mendonça, M.L. (orgs.) *A política destrutiva do Banco Mundial para a reforma agrária*, São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, s.d.; e Martins, M.D. (org.) *O Banco Mundial e a terra : ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*, São Paulo, Viramundo, 2004.

publicado no exterior, João Pedro Stédile verbaliza as esperanças dos trabalhadores e intelectuais que ainda alimentavam a convicção de que a reforma agrária estava ao alcance:

“A vitória do presidente Lula nas eleições mudou a correlação de forças da luta pela reforma agrária Brasil. Pelos compromissos históricos do PT, sua liderança e como partido de esquerda, temos agora um governo federal que apóia a reforma agrária, ao contrário de que foi o governo de Fernando Henrique Cardoso. Portanto, a disputa se situa em outro plano”.⁴⁵

No entanto, no momento em que o artigo foi escrito, final de 2003, já não havia nenhum motivo para acreditar que o governo Lula seria capaz de realizar uma reforma agrária. Logo no início de seu mandato, a demissão de Marcelo Rezende, o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária – INCRA -, a pedido dos ruralistas, anunciava que os inimigos das mudanças sociais eram poderosíssimos dentro do governo Lula. Homem de confiança da Comissão Pastoral da Terra e do MST, sua demissão anunciava o que o tempo deixaria absolutamente comprovado: o governo Lula não faria a reforma agrária. O abandono definitivo da reforma agrária, mantido no governo Dilma, revela de maneira inequívoca que os obstáculos interpostos pelos governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique à democratização do campo não podem ser atribuídos a conjunturas políticas circunstâncias. O bloqueio à reforma agrária confirma as interpretações que enfatizavam a total falta de disposição do Estado para enfrentar o latifúndio. O fracasso de todas as iniciativas da “era democrática” de impulsionar a desconcentração da estrutura fundiária não deixa margem a dúvidas. A decisão de não fazer a reforma agrária responde a uma razão de Estado. Fechando todos os espaços para uma solução socialmente construtiva para a questão agrária, a burguesia reitera a importância estratégica do latifúndio como uma das bases fundamentais do padrão de acumulação e dominação do capitalismo brasileiro.

O balanço da política de assentamento dos governos democráticos é sombrio. A crescente discrepância entre as necessidades imediata de terra – medida pelo número de famílias em ocupações - e as respostas do Estado - a quantidade de famílias efetivamente

assentadas – comprova o absoluto descaso com os problemas do homem pobre no campo. A comparação entre os governos FHC e Lula é ilustrativa. Enquanto no primeiro governo FHC (1995-1998), no auge das lutas do MST, a média do número de famílias assentadas foi 15% inferior à média do número de famílias em ocupações, no último governo de Lula (2007-2010), mesmo com o expressivo arrefecimento das ocupações (produto da cooptação de importantes organizações que lideravam a luta pela terra) essa relação saltou para 72% - fato que expressa uma redução de quase sete vezes no número médio de famílias assentadas.⁴⁶ No governo Dilma é ainda pior, pois, em seu primeiro ano, os assentamentos foram praticamente paralisados, registrando o menor número de famílias atendidas desde 1995.

Na realidade, o objetivo da reforma agrária neoliberal nunca foi modificar a estrutura fundiária do país, mas apenas empurrar o problema para frente, afastando o risco imediato de uma conflagração no campo, pelo isolamento dos homens pobres em regiões remotas do país. A finalidade oculta - depositar os homens pobres longe da civilização mantendo-os dispersos uns dos outros – foi bem sucedida.⁴⁷ Não por acaso a maioria das

⁴⁵ Stédile, J.P., “El MST y las disputas por las alternativas en Brasil”, IN : Observatório Social de América Latina – OSAL – Año V, No. 13, enero-abril 2004, Buenos Aires, CLACSO, p. 31.

⁴⁶ Para maiores detalhes consultar Ramos, P. “História e questão agrária brasileira : Do início do Brasil Império ao Governo Lula (1822-2010)”, Mimeo, p. 23. Texto preparado para III Congresso Latino-Americano de História Econômica – CLADEHE-III -, Mesa geral No. 6, História Agrária, Campinas, 2012. Em esclarecedora entrevista, Ariovaldo Umbelino, um dos formuladores do II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA - do governo Lula, faz um severo balanço do resultados efetivos da política agrária do período Lula : “No primeiro mandato, por pressão social dos movimentos sociais, foi elaborado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em que a proposta de assentamento era de um total de 520 mil famílias. Na realidade, assentou-se em torno de 220 mil famílias apenas, embora o governo divulgasse dados de mais de 500 mil. Esses dados não correspondem à realidade porque eles somaram como assentamentos novas áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens. Além disso, no segundo mandato não foi elaborado o 3º Plano Nacional de Reforma Agrária. Então, o governo se descompromissou em fazer a Reforma Agrária e passou a adotar uma política de contra-Reforma Agrária, porque enviou duas medidas provisórias (MPVs) ao Congresso. Uma em 2008, a MPV 422, e outra em 2009, a MPV 458, elevando a área passível de regularização na Amazônia Legal de 100 hectares para 2500 hectares e só passou no Congresso até 1500 hectares. Isso quer dizer que nesse segundo mandato o governo fez uma política de legalização da grilagem. Isso quer dizer que, ao invés de se fazer Reforma Agrária, se adotou uma política de contra-Reforma Agrária. Então, o balanço final é de que o governo não teria, no segundo mandato, feito cumprir a grande meta que era a Reforma Agrária”. A íntegra da entrevista pode ser consultado online no site: <http://www.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valorizou-o-agronegocio> [acesso em 22/09/2012]. Ver também Banco de Dados da Luta pela Terra, *Relatório 2010*, disponível online no site : http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/projetos/dataluta_brasil_2010.pdf [acesso em 22/09/2012].

⁴⁷ Para um exame crítico das diretrizes do Banco Mundial ver: Sydow, E. e Mendonça, M.L. (orgs.) *A política destrutiva do Banco Mundial para a reforma agrária*, São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos

terras distribuídas localizaram-se nas regiões de fronteira da Amazônia. Ao reduzir o programa fundiário à mera distribuição de lotes de terra e a providências de regularização da propriedade dos posseiros, ignorando propositalmente a necessidade de dar ao assentado assistência técnica, comercial e financeira, os beneficiários da reforma agrária na sua grande maioria nunca superaram o estado de penúria e extrema instabilidade, permanecendo sempre vulneráveis aos ataques do latifúndio e da especulação fundiária. Perpetuava-se, assim, o padrão histórico de expansão e ocupação da fronteira agrícola, de acordo com o qual o homem pobre abre a picada e prepara o terreno para a chegada do grande capital.

6. Lições da derrota: fracasso do programa democrático popular

O abandono da causa da reforma agrária e das reformas sociais em geral pelo PT não pode ser reduzido a um problema moral. Na realidade, na hora da verdade, quando ficou claro que o Brasil continuaria sob a rígida tutela dos organismos internacionais, que o Governo Lula promoveria uma nova rodada de reformas liberais e que a agenda de reformas seria abandonada, as organizações dos trabalhadores não deflagraram um processo de mobilização social capaz de reverter a correlação de forças e obrigar o presidente eleito a cumprir seu mandato popular de mudar o Brasil. A verdade é que um contexto histórico extraordinariamente adverso levou a grande maioria dos trabalhadores a sancionar o movimento de capitulação do alto comando petista.

Mesmo mobilizando um expressivo contingente de trabalhadores sem terras, disciplinadamente organizados em todas as regiões do país, e contando com a simpatia expressa da grande maioria da população brasileira, a luta pela terra não conseguiu descongelar a reforma agrária. A derrota foi duplamente condicionada. De um lado, os trabalhadores rurais não lograram acumular força necessária para enfrentar o latifúndio.

Humanos, s.d. ; e Martins, M.D. (org.), O Banco Mundial e a terra : ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia, São Paulo, Viramundo, 2004. A distribuição espacial dos assentamentos pode ser vista no mapa da reforma agrária elaborado por David, M.B.A., Waniez, P. e Brustlein, V. "Atlas dos beneficiários da reforma agrária". In: Estudos Avançados, v.11, n.31. São Paulo, set/dec. 1997, São Paulo, Ed. USP, 1997.

Ao desvincular a luta pela reforma agrária da luta pela revolução brasileira, ou seja, da luta contra o capitalismo dependente, os sem terras não conseguiram nem unificar o próprio campo em torno da bandeira da reforma agrária, nem muito menos unificar os trabalhadores do campo e da cidade em torno de uma bandeira comum. Sem unidade de classe, as lutas sociais pulverizaram-se em reivindicações corporativas que eram, de uma ou de outra maneira, uma a uma neutralizadas, seja pela repressão seja pela cooptação. De outro lado, a burguesia brasileira revelou a sua oposição implacável a qualquer alteração que possa ameaçar o domínio absoluto do latifúndio sobre o campo, confirmando – mais uma vez – que um desenvolvimento capitalista controlado pelo capital internacional e baseado na superexploração do trabalho não pode dispensar o latifúndio como viga-mestra da organização econômica, social e política do campo.

Quando visto em conjunto com as demais lutas sociais, o programa agrário que norteou a luta dos sem terras enquadra-se perfeitamente, com as devidas particularidades, na estratégia de reformas graduais e parciais sistematizada no programa democrático popular, que, a partir dos anos 1980, unificou a teoria e a prática política dos movimentos sociais e partidos políticos hegemonzados pelo Partido dos Trabalhadores.⁴⁸

Iniciada na segunda metade da década de setenta, após o esmagamento da resistência armada à ditadura militar, a nova fase de reorganização das forças populares baseava-se na formação de organizações de massa, para disputar o espaço institucional. Imaginava-se que, combinando forte pressão “de baixo para cima” e luta para ocupar espaço nos aparelhos de Estado, os trabalhadores lograriam progressivas conquistas.⁴⁹ Sob a consigna de “fazer valer os seus direitos” a luta política - polarizada em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) -, a luta sindical - puxada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) -, a luta campesina - liderada pelo Movimento dos Sem Terra (MST) - e as lutas urbanas – impulsionadas pelas pastorais sociais inspiradas na Teologia da Libertação – buscaram alcançar basicamente três objetivos: “criar direitos”; “obrigar o Estado cumprir

⁴⁸ Para uma crítica do Programa Democrático Popular ver: Iasi, M.L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*, São Paulo, Expressão Popular, 2006.

⁴⁹ Sobre o assunto, consultar Fernandes, F., *Movimento Socialista e Partidos Políticos*, Hucitec, São Paulo, 1980; e *Brasil: em compasso de espera*, Hucitec, São Paulo, 1980.

a lei”; e “ocupar os aparelhos de Estado”. Para tanto, as organizações populares combinavam formas de pressão social que algumas vezes ficavam nas franjas da legalidade burguesa com intensa participação nas disputas eleitorais. Por diferentes caminhos, todas as lutas desaguavam na esfera institucional.

A concepção de que existiam condições objetivas e subjetivas para compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional partia de dois supostos fundamentais: a convicção de que o Brasil havia criado as bases materiais para a autodeterminação do desenvolvimento capitalista; e a crença de que, restabelecido o estado de direito, a luta de classes estaria baseada na busca do bem comum. Em outras palavras, predominava uma visão das possibilidades históricas segundo a qual não haveria obstáculos materiais intransponíveis nem bloqueios políticos insuperáveis para iniciar um processo efetivo de distribuição de renda e justiça social. Supunha-se – equivocadamente – que o capitalismo não condenava necessariamente a população brasileira à dependência externa e à pobreza.⁵⁰

A ausência de força política para enfrentar os interesses externos e internos que sustentam o neoliberalismo revela a insuficiência dos instrumentos construídos nas últimas décadas – PT, CUT, movimentos sociais – como alavancas estratégicas da transformação social. Uma leitura equivocada da realidade brasileira levou as forças de esquerda a uma brutal subestimação das dificuldades que seriam encontradas para transformar a realidade. A questão central reside na suposição de que haveria significativo espaço para reformas sociais progressivas nos marcos do capitalismo dependente.

⁵⁰ A interpretação sobre a autodeterminação do capitalismo brasileiro encontra-se elaborada nos trabalhos da chamada Escola de Campinas, principalmente nos trabalhos de Cardoso de Mello, J.M., *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982; Belluzzo, L.G., *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982/1983, 2v.; e Tavares, M.C., *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Campinas, UNICAMP, 1974; *Ciclo e Crise*, Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1978; e “Problemas de Industrialización avanzada en capitalismo tardios y periféricos”, *Economía de América Latina. Revista de Información y Análisis de la Región*, México, n. 6, s.p., 1981. Mimeo. A interpretação sobre o raio de manobra político das sociedades latino-americanas é sistematizada por Fernando Henrique Cardoso em alguns capítulos de *O modelo político brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. A crítica teórica a idéia da autodeterminação do capitalismo brasileiro está desenvolvida em Sampaio Jr., P.S.A., *Entre a Nação e a ...*, 1999, pp. 17 a 34.

O elevado ritmo de crescimento da economia criou a miragem de que o Brasil gozava de relativa autonomia dentro do sistema capitalista mundial, alimentando assim a expectativa de que o Brasil dispunha de condições objetivas para impulsionar o desenvolvimento capitalista autodeterminado. A volta dos militares ao quartel e a institucionalização da democracia formal geraram a ilusão de que o Brasil finalmente havia criado as condições subjetivas para se iniciasse um processo de reformas sociais que redundassem em expressiva melhoria nas condições de vida do conjunto da população.

Posta em perspectiva histórica, a derrota das forças que apostavam na mudança social deve ser interpretada como parte do mesmo processo de impossibilidade histórica que, desde o golpe militar de 1964, interrompeu violentamente todas as iniciativas de reforma que pudessem colocar em questão a continuidade das articulações internas e externas que sustentam o capitalismo dependente. Processos análogos ocorreram em todo o continente latino-americano, desnudando que existem condicionantes estruturais mais gerais que aprisionam o continente no círculo de ferro da dependência e do subdesenvolvimento.

7. Reversão neocolonial e revolução brasileira – atualidade e desafios da reforma agrária

As mudanças em curso na agricultura brasileira reforçam o seu caráter de uma economia de tipo colonial. Comparando as colônias de povoamento com as colônias de exploração – verdadeiras *plantations* – em *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Júnior forja a noção de sentido da colonização para definir a lógica do movimento histórico que impulsiona a organização da agricultura nos trópicos na era do capitalismo sob dominação do capital mercantil:

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro **sentido** da colonização tropical, de que o Brasil

é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”.⁵¹

[...]

“Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros: mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, constituirá a colônia brasileira”⁵²

O sentido da exploração capitalista da terra no capitalismo contemporâneo - a etapa superior do imperialismo - é certamente um fenômeno muito mais complexo do que uma mera repetição do processo de colonização. Em certo sentido, suas implicações históricas são opostas. O sentido da colonização, impulsionado pelo capital mercantil e pelas políticas mercantilistas das grandes potências, engendrou a formação do Brasil contemporâneo, entendido, na concepção de Caio Prado, como processo de diferenciação e autonomização da sociedade brasileira que lhe dá um caráter “mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida (...)” dentro de seu contexto civilizatório.⁵³ A investida imperialista da era global, liderada pelo capital financeiro internacional, com o apoio incondicional das potências dominantes, Estados Unidos à frente, desencadeia um processo de reversão neocolonial.

Com efeito, quem observa de uma perspectiva de longa duração as transformações estruturais que revolvem de baixo para cima a vida nacional tem a impressão de que,

⁵¹ Prado Jr., C., *Formação do Brasil ...*, 1942, p. 25.

⁵² Prado Jr., C., *Formação do Brasil ...*, 1942, p. 26.

⁵³ Nas palavras de Caio Prado: “É certo que a colonização da maior parte, pelo menos, destes territórios, inclusive o Brasil, lançada e prosseguida em tal base, acabou realizando alguma coisa mais que um simples ‘contato fortuito’ dos europeus com o meio, na feliz expressão de Gilberto Freyre, a que destinava o objetivo inicial dela; e que em outros lugares semelhantes a colonização européia não conseguiu ultrapassar: assim na generalidade das colônias tropicais da África, da Ásia e da Oceania, nas Guianas e algumas Antilhas, aqui na América. Entre nós foi-se além no sentido de constituir nos trópicos uma

após a crise do processo de industrialização e a inserção subalterna na ordem global, as rodas do processo de formação da sociedade nacional começaram a girar em marcha ré. O desenvolvimento capitalista tornou-se incompatível com a continuidade do processo de formação. O que num determinado momento dava a impressão de que poderia se consolidar como uma sociedade capaz de mandar no seu destino volta a ficar extraordinariamente vulnerável às vicissitudes do capital internacional. O que se perde são os processos que davam à sociedade brasileira maior estabilidade, permanência e organicidade. O ajuste aos imperativos da ordem global solapa os processos que contribuíam para fazer do Brasil uma formação econômica e social própria e definida, que avançava em seu processo de diferenciação e autonomização. Ficam irremediavelmente comprometidas as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais que são necessárias para que o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista possam ser submetidos aos desígnios da sociedade nacional. É como se a descrição de Caio Prado sobre o período colonial ecoasse como caracterização da economia brasileira na era global. Os produtos mudam: *commodities* agrícolas e minerais – carne, grãos, etanol, café, laranja, celulose, couros, tabacos, petróleo, ferro, metais não ferrosos –; *commodities* semi-industrializadas dependentes de energia elétrica - como o aço. A escala do processo de exploração amplia-se de maneira assustadora de modo a abarcar praticamente todo o território nacional e todas as dimensões da vida econômica, não apenas a agricultura. O objetivo da produção é a valorização do capital sem nenhuma preocupação com as grandes carências da grande maioria da população. Tudo se subordina às exigências do capital financeiro – política econômica, infra-estrutura produtiva, política energética, padrão de intervenção do Estado na economia, relações trabalhistas, política social, política cultural. O país fica completamente à mercê da lógica especulativa dos capitais internacionais, sujeito a verdadeiros “arrastões” que deixam a vida do país vulnerável a recorrentes sobressaltos e crises cataclísmicas cíclicas. Nem sempre a entrada de capital estrangeiro redundava em aumento dos investimentos produtivos. Quando os investimentos implicam em aumento de emprego, a mão-de-obra recrutada já não é de escravos africanos, mas é crescente o apelo a formas

‘sociedade com características nacionais e qualidades de permanência, e não se ficou apenas nesta simples empresa dos colonos brancos distantes e sobranceiros’, Prado Jr., C., *Formação do Brasil ...*, 1942, p. 24.

modernas de trabalho escravo entre imigrantes e migrantes miseráveis, como é crescente o aparecimento de formas aviltante de exploração do trabalho de mulheres e crianças.⁵⁴

Posta em conexão com as profundas transformações provocadas pelo ajuste da economia brasileira às exigências da ordem global, a nova realidade do campo revela-se como a face agrária do processo de reversão neocolonial, impulsionado pelo processo de conquista do capital financeiro internacional com a cumplicidade subalterna das burguesias locais. Economia de tipo colonial na etapa superior do imperialismo – a era do capital financeiro na sua máxima potência - representa uma inequívoca regressão econômica e social com reflexos catastróficos sobre a sociedade brasileira. A revitalização do agronegócio reforça os nexos orgânicos que configuram a situação de subdesenvolvimento e dependência, repondo com força redobrada os laços ressaltados pela tradição da economia política latino-americana entre: controle da economia pelo capital internacional; latifúndio; desemprego estrutural; marginalidade social; inadequação tecnológica; heterogeneidade estrutural; estreiteza e precariedade do mercado interno; controle do Estado por burguesia aculturadas; modernização dos padrões de consumo; posição subalterna na divisão internacional do trabalho; transferência de recursos ao exterior; tendência estrutural à concentração do progresso técnico; recrudescimento do colonialismo interno; instabilidade monetária; tendência estrutural à estagnação; fragilidade fiscal; deterioração dos termos de troca como tendência de longo prazo; deslocamento do centro dinâmico da economia para o exterior; tendência estrutural a desequilíbrios externos; irracionalidade econômica; dependência tecnológica, financeira e cultural; precariedade dos centros internos de decisão; ameaça permanente de crises de reversão estrutural.

Ao dissolver as bases materiais, sociais, políticas e culturais que dão um mínimo de autonomia relativa para a sociedade nacional, o processo de reversão neocolonial compromete irremediavelmente a possibilidade de combinar capitalismo, democracia e soberania nacional. Não implica o fim do Estado brasileiro nem seu enfraquecimento

⁵⁴ Para uma visão ampla sobre o tema, consultar Antunes, R., *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, São Paulo, Boitempo, 2006.

para defender os interesses do grande capital, mas acarreta o progressivo embaraço de sua capacidade de realizar políticas públicas que levem em consideração as carências do conjunto da população e os interesses estratégicos do país. Mais do que nunca, o capitalismo brasileiro combinará acumulação de riqueza e barbárie. No período colonial, o combate à barbárie colocava no horizonte a necessidade histórica da luta pela revolução da independência que colocava no horizonte a constituição do Estado nacional burguês. Na era global, o combate à barbárie manifesta-se como a necessidade histórica da revolução brasileira como uma transformação social que coloca no horizonte a necessidade de superação do Estado nacional burguês, pelo encadeamento da revolução democrática e nacional com a revolução socialista.

A perspectiva de totalidade sobre o lugar da questão agrária na problemática da formação é fundamental para evitar a repetição de interpretações teóricas que redundaram em práticas políticas que resultaram desastrosas para a causa da reforma agrária. Tal perspectiva revelará o equívoco que significa: dissociar os problemas diretamente relacionados às “terras improdutivas” dos problemas associados às “terras produtivas”; tratar o latifúndio como anacronismo residual; e, em consequência, separar a questão agrária dos complexos processos que condicionam a questão urbana, a questão nacional e a questão operária, enfim, do conjunto das contradições que definem a necessidade histórica da revolução brasileira.

No momento em que absoluta subordinação da agricultura à lógica do capital financeiro aumenta assustadoramente a fome por terras e que o ajuste do Brasil à ordem global desencadeia um processo devastador de reversão neocolonial, é urgente a necessidade de uma profunda crítica à teoria e à prática que fundamentaram a luta pela reforma agrária no último período. As lições da falência do programa democrático-popular é o ponto de

partida. A reforma agrária não pode se ater à reivindicação das terras improdutivas sem colocar em questão o caráter socialmente perverso e ambientalmente predatório das terras produtivas. As necessidades históricas impõem uma completa mudança no padrão de desenvolvimento da agricultura que tem na socialização das terras e dos meios de produção o seu ponto nevrálgico. A reforma agrária é parte da luta de todos brasileiros que se batem pela consolidação do Brasil como uma sociedade democrática e soberana.

A derrota da luta pela terra deixa uma clara lição. Enquanto a questão agrária não for encampada pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade e não for combinada com a luta pela reforma urbana, pela redução da jornada de trabalho e pela autonomia econômica, política e cultural da sociedade brasileira, num processo de mudança social de grande envergadura, que opõem explorados e exploradores, ela carecerá da energia necessária para pôr uma pá de cal nas forças que se beneficiam do capitalismo selvagem para potencializar a acumulação de capital. Por essa razão, a luta pela reforma agrária não pode ser desvinculada do conjunto de transformações que caracterizam a revolução brasileira, cuja tarefa fundamental consiste em romper a dupla articulação – controle do capital internacional sobre a economia nacional e segregação social como base do regime de classes – responsável pelo processo de reversão neocolonial que leva ao paroxismo a relação de causalidade entre capitalismo dependente e barbárie.

BIBLIOGRAFIA:

- Antunes, R., *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, São Paulo, Boitempo, 2006
- Baquero, F.S. y Klein, E. *Política de mercado de trabajo y pobreza rural en América Latina*. Tomo 1, Roma, CEPAL/FAO/OIT, 2012.
- Banco de Dados da Luta pela Terra, *Relatório 2010*, disponível online no site : http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/projetos/dataluta_brasil_2010.pdf [acesso em 22/09/2012].

- Belluzzo, L.G., *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982/1983, 2v.
- Canuto, A., Silva Luz, C.R. e Wichinieski, I. (orgs.) *Conflitos no campo Brasil 2011*, Goiania: CPT Nacional Brasil, São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- Cardoso, F.H. *O modelo político brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- Cardoso de Mello, J.M., *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982
- Carvalho, J.J., “A proposta é uma coisa, o plano do governo é outra”. In: Estudos Avançados da USP, v.18, n.50, 2004, São Paulo, Ed. USP, p. 337-345.
- CNBB, “Igreja e problemas da terra”. Documento aprovado pela 18o. Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Itaiçi, 14 de fevereiro de 1980. Mimeo.
- CNBB, “Questão Agrária no Brasil Atual”, Brasília, 2012. Mimeo.
- Costa, E.V., *Da monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.
- David, M.B.A., Waniez, P. e Brustlein, V. “Atlas dos beneficiários da reforma agrária”. In: Estudos Avançados, v.11, n.31. São Paulo, set/dec. 1997, São Paulo, Ed. USP, 1997. [Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300004].
- Delgado, G.C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*, São Paulo, INCONE/UNICAMP, 1985.
- _____ *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio – meio século de mudança cíclicas (1965-2012)*, 2012. Prelo
- Fernandes, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- _____ *A revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- _____ *Movimento Socialista e Partidos Políticos*, Hucitec, São Paulo, 1980.
- _____ *Brasil: em compasso de espera*, Hucitec, São Paulo, 1980.
- _____ “Nem federação nem democracia”, in : São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.4, n.1. p.25-27, SEADE, 1990.
- _____ *Nova República?*, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____ *A Constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político*, São Paulo, Estação Liberdade, 1989.
- Furtado, C. *Análise do modelo brasileiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- _____ *O mito do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____ *Pequena introdução ao desenvolvimento*, São Paulo, Ed. Nacional, 1980.
- Graziano, X. e Navarro, Z., “Realidade agrária e ideologia”, IN : Revista de política agrícola. Ano XXI, No.2, ab./maio/jun, 2012, Brasília, Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, p. 139 e 140.
- Ianni, O. *Origem agrária do Estado Brasileiro*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____ *Ditadura e Agricultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- _____ *A idéia de Brasil moderno*, São Paulo, Brasiliense, 1992.
- Iasi, M.L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*, São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- Maricato, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, Petrópolis, Vozes, 2001.

- _____. *Habitaciones e as políticas fundiária, urbana e ambiental*. Brasília: PNUD e Ministério das Relações Exteriores, 1995.
- Martins, M.D. (org.) *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*, São Paulo, Viramundo, 2004.
- Navarro, Z. “A vida e os tempos da questão agrária no Brasil”, in: Teixeira, Erly Cardoso et al (org.). *As questões agrárias e da infraestrutura de transportes para o agronegócio*. Viçosa, UFV/DER, 2011, p. 85-12.
- MST Documento preparatório do IV Congresso do MST, realizado em Brasília, no ano 2000. Brasília, 2000. Mimeo.
- PNRA - *Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA – Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*, Brasília, MDA, 2003 – disponível em http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf.
- Portugal Jr., J.G. “Economia regional e os problemas de emprego”, Rio de Janeiro : IPEA, São Paulo : FUNDAP, 1998.
- _____. “Padrões de heterogeneidade estrutural no Brasil”, Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2012.
- Prado, Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1942.
- _____. *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1945.
- _____. *A revolução brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966.
- _____. *A questão agrária no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 2000.
- Ramos, P. “História e questão agrária brasileira : Do início do Brasil Império ao Governo Lula (1822-2010)“, Mimeo, p. 22. Texto preparado para III Congresso Latino-Americano de História Econômica – CLADEHE-III -, Mesa geral No. 6, História Agrária, Campinas, 2012.
- Rodriguez, O. “Heterogeneidad estructural y subempleo”, Pesquisa Agricultura, subempleo y distribución del ingreso, São Paulo, CEBRAP/FAO, 1982.
- Sampaio, Jr., P.S.A. *Entre a nação e a barbárie : os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado*, Petrópolis, Vozes, 1999.
- Silva, L.O. *Terras devolutas e latifundio*, Campinas, Ed. Unicamp, 1996.
- _____. “As leis agrárias e o latifúndio improdutivo”, in: São Paulo em Perspectiva, v. 11, n.2, abr-jun/1977, p. 15-25, São Paulo, SEADE, 1997.
- Stédile, J.P. (coord.) – *A questão agrária hoje*, Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRG, 1994.
- Stédile, J.P., “El MST y las disputas por las alternativas en Brasil”, IN : Observatório Social de América Latina – OSAL – Año V, No. 13, enero-abril 2004, Buenos Aires, CLACSO, p. 31-40.
- Sydow, E. e Mendonça, M.L. (orgs.) *A política destrutiva do Banco Mundial para a reforma agrária*, São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, s.d.
- Tavares, M.C., *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Campinas: UNICAMP, 1974
- _____. *Ciclo e Crise*, Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1978
- _____. “Problemas de Industrialización avanzada en capitalismo tardios y periféricos”. In: Economia de América Latina. Revista de Información y Análises de la Región, México, n. 6, s.p., 1981. Mimeo.

Umbelino, A. “A ‘não’ reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula”. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR-FAO – Porto Alegre, 7 a 10/03/2006. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/96607576/A-Nao-Reforma-Agraria-No-Governo-LULA>

A integra da entrevista pode ser consultado online no site: <http://www.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valorizou-o-agronegocio> [acesso em 22/09/2012].